

Direito Constitucional

1. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, publicada em 1988, os Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, são o Legislativo, a Controladoria-Geral da União e o Judiciário;
- b) Sobre as competências em matéria legislativa na Federação brasileira, no que se refere à legislação concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;
- c) Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, a quebra do sigilo de comunicações telefônicas pode ser determinada por autoridade policial e pelo Ministério Público;
- d) Compete à União e aos Estados legislar sobre jazidas, minas, energia elétrica e metalurgia, bem como autorizar o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas.

2. Assinale a resposta correta:

- a) De acordo com a Constituição Federal, são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) Na decisão do STF sobre a interrupção da gravidez de feto anencefálico concluiu-se pela inadmissibilidade da interrupção da gravidez, pois o direito à vida só pode ser excepcionado nas hipóteses expressamente previstas na Constituição;
- c) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos entes federados Estados, Municípios e Territórios, os quais são dotados de autonomia administrativa e tributária;
- d) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de treze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada;

3. A forma federativa de Estado:

- a) Poderá ser abolida por Lei Complementar, de iniciativa do Congresso Nacional;

- b) Poderá ser abolida por Emenda Constitucional, desde que proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
- c) Não poderá ser abolida pelo Poder Constituinte Derivado;
- d) Poderá ser abolida por lei ordinária, a qual dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito.

4. Assinale a alternativa correta:

- a) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, o modo de produção capitalista, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- b) São bens exclusivamente da União as terras devolutas, indispensáveis à defesa das fronteiras, a fauna, a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira;
- c) A Constituição é taxativa ao vedar, em qualquer hipótese a extradição de brasileiro, seja ele nato ou naturalizado;
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

5. Assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o princípio da universalidade, todas as pessoas são titulares dos direitos fundamentais consagrados na Constituição, não havendo qualquer distinção no corpo da Constituição entre brasileiros e estrangeiros;
- b) os direitos e garantias fundamentais não são aplicáveis aos estrangeiros não residentes no país, mesmo que a violação ocorra enquanto estão em território brasileiro;
- c) Os direitos fundamentais são inalienáveis, universais, absolutos e ilimitados;
- d) As pessoas jurídicas de direito privado podem titularizar direitos fundamentais.

Direito Administrativo

- 6.** Em uma situação de conflito entre o princípio da publicidade, que norteia a Administração Pública, e direitos privados resguardados constitucionalmente, como o

direito a intimidade, qual o entendimento do Supremo Tribunal Federal em julgado que analisou esta questão:

- a) É ilegítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias;
- b) À Administração é permitido somente informar os nomes e cargos de seus servidores, não sendo permitido fazer constar em tais informações quaisquer dados financeiros sobre remunerações dos servidores;
- c) As informações sobre os nomes e remunerações dos servidores da Administração podem ser fornecidas somente em caso de solicitação do interessado, mediante requerimento formulado no órgão responsável por estas informações.
- d) À Administração é permitido dar publicidade aos nomes e remunerações de seus servidores por qualquer meio, inclusive por sítio eletrônico.

7. Diante do tema Bens Públicos, podemos afirmar que:

- a) bens públicos de uso especial são aqueles destinados à utilização por todos os indivíduos, podendo ser federais, estaduais ou municipais. Assim, possuem caráter de comunidade, de uso coletivo. São exemplos de bens públicos de uso especial, as praças, ruas, praias e estradas;
- b) Considera-se afetação a destinação de um bem público à finalidade pública, determinando bem de uso comum do povo ou bem de uso especial. Este instrumento dá maior proteção aos bens públicos em razão de sua vinculação à finalidade pública, transformando-o em indisponível, inalienável;
- c) A concessão de de uso de bem público é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, em que a Administração Pública autoriza que certa pessoa utilize privativamente um bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesse público e privado;
- d) Segundo a Constituição Federal, as terras tradicionalmente ocupadas por índios são bens dos Estados e destinam-se à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

8. Sabe-se que a Administração Pública se organiza por meio de uma estruturação de pessoas, entidades e órgãos que irão desempenhar o que chamamos de funções administrativas. Essa organização é necessária para que seja definido o modelo do

aparelho administrativo do Estado e assim, atender aos interesses dos administrados e também da própria Administração. Em razão da Organização Administrativa, podemos afirmar que:

- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público que desenvolvem atividades administrativas típicas de Estado e gozam de liberdade administrativa nos limites da lei que as criou. Não são subordinadas a nenhum órgão do Estado, mas apenas, vinculadas, tendo direitos e obrigações distintos do Estado;
- b) A Caixa Econômica Federal é um exemplo de autarquia, com função típica de Estado, promovendo e fomentando ações governamentais, como o sistema financeiro de habitação (SFH).
- c) Compete à Justiça Estadual julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista, ainda que a União intervenha como assistente ou oponente.
- d) O Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, gerencial e financeira, e exerce funções jurisdicionais, típicas de Estado.

9. Quanto ao tema Atos Administrativos, assinale a afirmativa correta:

- a) Atos vinculados são aqueles em que a lei prevê mais de um comportamento possível a ser adotado pelo administrador em um caso concreto. Assim, haverá margem de liberdade para que se possa atuar com base em um juízo de conveniência e oportunidade, porém, sempre dentro dos limites da lei;
- b) O instituto da avocação do ato administrativo consiste na extensão da competência, temporariamente, das atribuições de um agente público para outro agente da mesma hierarquia ou de hierarquia inferior, para exercer determinados atos especificados no instrumento avocatório;
- c) Anulação é a extinção de um ato administrativo ou de seus efeitos por outro ato administrativo, efetuada por razões de conveniência e oportunidade, respeitando-se os efeitos pretéritos;
- d) São atributos/características dos atos administrativos a presunção de legitimidade, legalidade e veracidade e ainda a autoexecutoriedade e a imperatividade.

10. Aponte a opção **incorreta** sobre os princípios que norteiam o processo civil brasileiro:

- a) O juiz é responsável pela condução do processo e pelo julgamento da causa. A condução do processo deve ser cooperativa, de forma paritária, por meio do diálogo com as partes;
- b) A proibição do *venire contra factum proprium*, corolário do princípio da boa-fé, é a proibição do exercício de uma situação jurídica em desconformidade com um comportamento anterior que gerou no outro uma expectativa legítima de manutenção da coerência, por exemplo, a existência de duas condutas de uma mesma pessoa, sendo que a segunda contraria a primeira;
- c) Pelo princípio da instrumentalidade das formas, compete ao juiz, uma vez instaurada a relação processual, mover o processo de fase em fase, até exaurir sua função jurisdicional;
- d) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, conforme dispõe o princípio da adstrição ou congruência.

11. São elementos da ação no Direito Processual Civil:

- a) legitimidade processual, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido;
- b) partes, causa de pedir e pedido;
- c) partes, juiz e demanda;
- d) partes, causa de pedir e interesse de agir.

12. Se após a citação do réu, o Juiz Federal declarar a incompetência absoluta, o processo será:

- a) extinto sem resolução do mérito;
- b) remetido ao juízo competente e todos os atos praticados serão nulos;
- c) remetido ao juízo competente e todos os atos praticados serão válidos;
- d) remetido ao juízo competente e os atos decisórios proferidos, em regra, continuarão produzindo efeitos até que o juízo competente os confirme ou revogue.

13. De acordo com a Lei 10.259/2001, podem ser ajuizadas no Juizado Especial Federal as causas de competência da Justiça Federal, até o valor de sessenta salários mínimos, que versem sobre:

- a) anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária;
- b) impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis;
- c) improbidade administrativa;
- d) demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

Direito Civil

14. Assinale a alternativa **incorreta** acerca da capacidade jurídica:

- a) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos e aqueles que por enfermidade física perene e deficiência mental, não possam expressar a sua vontade;
- b) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os pródigos são relativamente incapazes;
- c) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderam exprimir sua vontade são relativamente incapazes;
- d) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil;

15. A respeito das regras de domicílio, assinale a opção **correta**:

- a) O ânimo definitivo não é critério legal para se estabelecer o domicílio;
- b) O domicílio da pessoa natural pode ser definido voluntária ou obrigatoriamente pela lei;
- c) Todas as capitais dos Estados da federação são consideradas como domicílio da União;
- d) O servidor público não possui domicílio necessário;

16. Consideram-se **bens imóveis** para os efeitos legais:

- a) O direito à sucessão aberta;
- b) As energias que tenham valor econômico;
- c) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;
- d) O material de construção proveniente de demolição;

17. Assinale a opção **correta** com relação a seguinte situação: Ticiano vendeu uma chácara para Tércio, estabelecendo que o comprador só entrará na posse do imóvel quando tiver construído uma creche para os filhos dos colonos. Tal negócio está sujeito:

- a) a termo final;

- b) a termo inicial;
- c) à condição resolutiva;
- d) à condição suspensiva;

Direito Processual Penal

18. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz poderá condenar o réu valendo-se apenas dos elementos de informação produzidos na fase de investigação;
- b) A previsão de indenização contida no inciso IV do art. 387 do CPP - “*O juiz, ao proferir sentença condenatória: [...] fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido*” – surgiu com a Lei nº 11.719/2008. Não poderá ser aplicado o dispositivo e fixado o valor mínimo de reparação dos danos se o crime ocorreu antes da Lei e foi sentenciado após a sua vigência.;
- c) Nos crimes de ação penal pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada;
- d) O princípio da congruência preconiza que o acusado defende-se dos fatos descritos na denúncia e não da capitulação jurídica nela estabelecida.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da indivisibilidade se aplica à ação penal pública;
- b) Na hipótese de crime cuja execução tenha sido iniciada em território nacional, mas a consumação tenha ocorrido fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução;
- c) Expedida a carta precatória para a citação do réu, se ele estiver em território sujeito a outro juízo que não o deprecado, a carta precatória deverá ser devolvida ao juízo deprecante para que a remeta ao juízo competente, sem qualquer ofensa ao princípio da celeridade processual;
- d) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

20. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz poderá determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP - *“A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”* - , se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado;
- b) É de competência da Justiça Federal o julgamento de contravenção;
- c) O fato da denúncia já ter sido recebida não impede o juízo de primeiro grau, logo após a apresentação de resposta do acusado, reconsiderar a decisão anterior e rejeitar a peça acusatória ao constatar a presença de uma das hipóteses do art. 395 do CPP - *Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando: I. for manifestamente inepta; II. faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou III. Faltar justa causa para o exercício da ação penal.* -, suscitada pela defesa;
- d) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as suas instâncias.

21. Assinale a alternativa *incorreta*:

- a) Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas;
- b) O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas além das indicadas pelas partes;
- c) Quando a lei penal incriminadora silenciar a respeito da ação penal cabível, entender-se-á que a ação penal adequada será pública incondicionada;
- d) A denúncia deverá estar necessariamente embasada em inquérito policial;

Direito Penal

22. De acordo com o Código Penal:

- a) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime;
- b) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo;
- c) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo;

d) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não se aplica a fatos anteriores.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Penal Brasileiro adotou a Teoria da Atividade para estabelecer o tempo em que o crime se considera praticado;
- b) O exercício regular do direito não é causa de exclusão da ilicitude;
- c) A lei penal mais grave só é aplicável ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior ao início da continuidade ou da permanência;
- d) O Direito Penal Brasileiro não permite a utilização de causa supralegais de exclusão da ilicitude.

24. Assinale a alternativa **correta**:

- a) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem;
- b) O erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal não exclui o dolo;
- c) Somente se considera praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte;
- d) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.

25. Acerca da tipicidade, assinale a alternativa correta:

- a) Não responde pelo crime o terceiro que determinou o fato;
- b) O consentimento do ofendido pode conduzir à exclusão da tipicidade;
- c) O princípio da insignificância restringe o âmbito de incidência da lei penal incriminadora e afasta a tipicidade formal;
- d) A legítima defesa e o estado de necessidade funcionam como causa da exclusão da tipicidade penal.

Direito Previdenciário

26. De acordo com o art. 25 da Lei nº 8.213/1991, qual o período de carência para obtenção dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por idade, respectivamente:

- a) 12 contribuições mensais e 24 contribuições mensais;
- b) 12 contribuições mensais e 180 contribuições mensais;
- c) 24 contribuições mensais e 150 contribuições mensais;
- d) 2 contribuições mensais e 12 contribuições mensais.

27. À luz da Lei n.º 8.213/1991, é (são) dependente(s) do segurado do regime geral de previdência social:

- a) os pais, desde que com idade superior a sessenta anos;
- b) a companheira ou o companheiro, desde que em união estável há mais de dois anos;
- c) o filho não emancipado e menor de vinte e quatro anos de idade;
- d) os pais, em qualquer idade.

28. De acordo com a Lei n.º 8.213/1991, quais pessoas NÃO necessitam comprovar a dependência econômica para com o segurado para efeito de obtenção de benefícios?

- a) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos;
- b) O cônjuge, a companheira ou o companheiro;
- c) Os pais;
- d) Os filhos até completarem 24 (vinte e quatro) anos de idade quando universitários.

29. O Regime Geral de Previdência Social possibilita aos seus segurados o acesso aos seguintes benefícios:

- a) aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição e auxílio-reclusão;
- b) aposentadoria por idade; auxílio-acidente; e aposentadoria por tempo de serviço;
- c) abono de permanência; aposentadoria especial e auxílio-doença;
- d) pensão por morte; aposentadoria por invalidez e licença não remunerada.

30. Segundo o art. 2º da Lei n.º 8.213/91, a Previdência Social rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios e objetivos:

- a) Previdência complementar obrigatória, custeada por contribuição adicional;
- b) Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior à sua remuneração quando em atividade;
- c) Universalidade de participação nos planos previdenciários;

d) caráter centralizado da gestão administrativa.

Questão subjetiva

Discorra sobre a competência da Justiça Federal em matéria cível e criminal.